

**DECLARAÇÃO CONJUNTA DAS FORÇAS PROGRESSISTAS EXIGINDO O
LEVANTAMENTO IMEDIATO DO BLOQUEIO DOS ESTADOS UNIDOS CONTRA
A REPÚBLICA DE CUBA
19 DE FEVEREIRO DE 2026**

Nós, organizações e movimentos abaixo assinados, comprometidos com a justiça social, a soberania, a luta anticolonial e o direito internacional, unimo-nos em condenação inequívoca ao bloqueio econômico em curso imposto pelos Estados Unidos contra a República de Cuba.

Há mais de seis décadas, essa política unilateral e intimidatória busca subjugar uma nação soberana por ter escolhido um caminho político e econômico independente. Trata-se de um ato contínuo de agressão econômica destinado a gerar privações, desestabilização e submissão política. Tais medidas configuram punição coletiva e contradizem diretamente os princípios da Carta das Nações Unidas e as normas que regem as relações entre Estados soberanos.

O bloqueio, imposto pela primeira vez em 1960 e posteriormente consolidado por meio de legislações, incluindo a Lei Helms-Burton, ultrapassa a hostilidade bilateral. Suas disposições extraterritoriais penalizam terceiros países, instituições financeiras, empresas de navegação e corporações que mantêm comércio legítimo com Cuba. Ao fazê-lo, instrumentaliza o sistema financeiro global como mecanismo de coerção imperial.

A designação de Cuba como “Estado Patrocinador do Terrorismo” intensificou ainda mais esse cerco. Essa classificação isola o país dos sistemas bancários internacionais, desestimula o investimento, bloqueia transações financeiras rotineiras e dificulta o comércio humanitário. Suas consequências reputacionais e de conformidade superam seu enquadramento jurídico, agravando a asfixia econômica do povo cubano.

Essa política persiste apesar da oposição esmagadora e consistente manifestada na Assembleia Geral das Nações Unidas, onde a comunidade internacional tem reiteradamente apelado pelo seu término. A manutenção do bloqueio demonstra uma recusa em respeitar o consenso multilateral e o direito internacional.

As consequências dessa guerra econômica restringem o acesso a importações de alimentos, suprimentos médicos, equipamentos industriais e insumos energéticos. Instituições financeiras, temendo sanções secundárias, recusam transações legítimas. Empresas de navegação evitam portos cubanos. Essas pressões cumulativas dificultam o planejamento econômico, sobrecarregam os serviços públicos e impedem o desenvolvimento nacional.

Entretanto, o histórico internacional de Cuba contrasta de forma marcante com o tratamento que recebe. Durante as lutas de libertação africanas, Cuba prestou assistência militar e técnica decisiva. Entre 1975 e 1991, aproximadamente 300.000 tropas cubanas serviram em Angola na defesa do governo do MPLA contra a África do Sul do apartheid e intervenções externas. A Batalha de Cuito Cuanavale representou um ponto de inflexão que contribuiu para a independência da Namíbia e o desmantelamento do apartheid. Líderes, incluindo Nelson Mandela, reconheceram publicamente a contribuição de Cuba para a liberdade africana.

A solidariedade cubana estendeu-se à Guiné-Bissau, Moçambique e a outros movimentos de libertação no continente. Assessores militares, educadores e profissionais de saúde serviram no exterior sob condições difíceis, em apoio à luta anticolonial africana.

Durante a pandemia de COVID-19, Cuba enviou brigadas médicas para dezenas de países na África, América Latina, Europa e Caribe. Cientistas cubanos desenvolveram vacinas nacionais apesar do acesso restrito às cadeias globais de suprimento. Mesmo sob bloqueio, Cuba contribuiu para a cooperação internacional em saúde pública.

A persistência do bloqueio não pode ser dissociada de cálculos geopolíticos e incentivos políticos internos nos Estados Unidos. Cuba ocupa um lugar singular no pensamento estratégico imperial norte-americano. Antes de 1959, parcelas significativas das terras cubanas, dos serviços públicos e da infraestrutura turística eram propriedade ou estavam sob controle de interesses norte-americanos. A ilha funcionava como uma extensão de lazer do território continental, centrada no desenvolvimento de resorts, operações de cassinos e na predominância corporativa estrangeira. Essa memória histórica permanece enraizada em segmentos do discurso político e empresarial que veem Cuba menos como uma nação soberana e mais como uma futura oportunidade de investimento caso o bloqueio provoque mudança política.

Guiados por princípios anti-imperialistas e pela solidariedade internacional, apelamos à consciência da comunidade global para que:

1. Denuncie publicamente o bloqueio dos Estados Unidos como uma medida coercitiva unilateral ilegal e uma violação da soberania de Cuba.
2. Exija a retirada imediata de Cuba da lista de “Estado Patrocinador do Terrorismo”.
3. Defenda o levantamento completo e incondicional do bloqueio econômico, comercial e financeiro.
4. Rejeite o uso de sanções, exclusão financeira e cerco econômico como instrumentos de mudança de regime.
5. Respeite o direito inalienável de Cuba à independência política, à autodeterminação e à integridade territorial.
6. Insista para que controvérsias internacionais sejam tratadas por meio da diplomacia, do diálogo e de mecanismos multilaterais, e não por meio da diplomacia das canhoneiras.
7. Incentive governos e parlamentos a se oporem a sanções extraterritoriais e a protegerem relações comerciais legítimas.
8. Organize campanhas de educação pública, fóruns e assembleias para expor o custo humano da guerra econômica unilateral.
9. Mantenha solidariedade ativa com o povo cubano e com todas as nações que resistem à dominação imperial.

Afirmamos que a soberania não está condicionada à conformidade com os interesses das grandes potências. Se o cerco econômico se tornar normalizado como instrumento de engenharia política, a independência de todas as nações tornar-se-á precária.

Fundamentados no pan-africanismo, na história anticolonial e na solidariedade Sul-Sul, rejeitamos a estrangulação econômica como método de governança internacional. Reafirmamos nosso compromisso com uma ordem mundial baseada na igualdade entre os Estados, no respeito à soberania e em um multilateralismo genuíno.

**Tirem as mãos de Cuba. Fim
ao bloqueio agora.**

SIGNATÁRIOS

Ação para o Desenvolvimento da Juventude e Estrangeiros Angolanos em Angola (ADJAE), Angola

Partido Revolucionário do Povo Pan-Africano (A-APRP), Gana

Aliança pela Pátria e Pan-Africanismo (APP), Benim

Associação ANJUD, Níger

APP/Burkindi, Burkina Faso

ASMEN, França

POVO BISO, República Democrática do Congo

Empoderamento Negro Gana, Gana

Coligação da Diáspora Togolesa pela Mudança e Democracia (CODITOGO), Togo

Collectif Afrique, França

Confederação de Associações e Movimentos Pan-Africanistas da África Ocidental (CAMPAO), Burkina Faso

Comité Cultural para a Democracia no Benim (CCDB), Benin

Stand Up Citizen, Níger

Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores em Empresas e Indústrias da Zona Franca, Madagáscar

Amigos do Congo, República Democrática do Congo

Frente para uma Revolução Popular e Pan-Africana Anti-Imperialista (FRAPP), Senegal

Movimento Harbista, Djibuti

Quartel-General da Revolução, Mali

Juventude-Deficiência, Mali

Kisumu Paz e Justiça, Quênia

Movimento Trabalhista, Zâmbia

Pan-Africanistas Mabedja, Comores

Movimento para a Emancipação Africana (MAE), Nigéria

Coordenação Nacional das Associações de Monitorização Cidadã, Burkina Faso

Conselho Nacional para a Defesa da Democracia–Forças para a Defesa da Democracia (CNDD–FDD), Burundi

Federação Nacional da Educação (FNE), Marrocos

Conselho Nacional da Juventude da Namíbia, Namíbia

Nova Potência Europa, Gabão
Movimento Federalista Pan-Africano (PAFM), Togo
Liga Pan-Africana – Umoja, França
Movimento Pan-Africano por uma África Livre, República Centro-Africana
Frente Progressista Pan-Africana, Gana
Dinâmica Unitária Pan-Africana, França
Pan-Africanismo Hoje, África do Sul
Partido do Progresso e Socialismo, Marrocos
Planeta da Juventude Pan-Africanista do Burkina Faso (PJP-BF), Burkina Faso
Movimento Progressista para os Povos Africanos (MPA), Guiné-Conacri
Movimento Socialista do Gana, Gana
Partido Socialista – Zâmbia, Zâmbia
State55 Afrika, Camarões
Suluhu, Comores
SYRES–Costa do Marfim (União para a Reavaliação do Pessoal do Ensino Secundário na Costa do Marfim), Costa do Marfim
O Partido Comunista do Benim, Benin
O Partido do Povo Liberiano (LPP), Libéria
A Convergência Pan-Africana, Camarões
O Movimento Pan-Africano, Chade
O Movimento Pan-Africano por uma África Livre, República Centro-Africana
Os Pan-Africanos, República Democrática do Congo
O Partido Comunista Sudanês, Sudão
Congresso dos Sindicatos (TUC) do Gana, Gana
Movimento Tunísia para a Frente, Tunísia
União das Populações dos Camarões – Manifesto Nacional para o Estabelecimento da Democracia (UPC-MANIDEM), Camarões
Movimento We Can, Mauritânia
Centro de Preocupações Femininas, Quênia